
O autismo e o processo de ensino e aprendizagem The autism and the teaching and learning process

Hiago Henrique da Silva^{1*}, Fabio José Antonio da Silva², Alex Moura Silva³, Yuri Alexander dos Santos Rôas⁴, Ednerya Tanyelly Pereira⁵

Received: 2023-01-03 | Accepted: 2023-02-05 | Published: 2023-02-09

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as propostas e as dificuldades no processo de aprendizagem escolar do aluno autista e algumas sugestões para que o professor melhor possa trabalhar com esta criança especial, que tem seu desenvolvimento afetado globalmente, enfrentando dificuldades na área da comunicação, interação e imaginação, que através do processo de inclusão estão inseridas no ambiente escolar. Entende-se que o assunto inclusão é presenciado em muitas escolas, porém pouco discutido, para que, essa inclusão realmente aconteça é preciso ter profissionais qualificados no atendimento dessas crianças que apresentam a síndrome do autismo. Verifica-se que o educador pouco conhece sobre o autismo e o impacto causado por esta anomalia no processo de aprendizagem, sendo que, o desenvolvimento dessas crianças é de suma importância, portanto o professor apresenta um papel fundamental como mediador no processo de ensino aprendizagem. Para realização deste artigo, teve como método uma pesquisa bibliográfica, com auxílio de livros e internet. Conclui-se, que todos os envolvidos no ambiente escolar, necessitam de capacitação quando se trata de processo de inclusão, precisam também de uma equipe multidisciplinar especializada, juntamente com professores qualificados, que tenham um conhecimento amplo e abrangente da síndrome de autismo, com metodologias de ensino atualizadas.

Palavras-chave: Autismo; Escola; Educação; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the proposals and difficulties in school learning process autistic student and some suggestions for the best teacher can work with this special child who has development affected globally, facing difficulties in communication, interaction and imagination, which through the process of inclusion are in the school environment. It is understood that the subject inclusion is seen in many schools, but little discussed, that this inclusion actually happen you need to have qualified professionals in the care of these children with the syndrome of autism. It started with the assumption that the educator knows little about autism and the impact of this anomaly in the learning process, and the development of these children is of paramount importance, so the teacher has a key role as mediator in the process of teaching and learning. For realization of this article, we had as a bibliographical research method, with the aid of books and internet. It follows that everyone involved in the school environment, need training when it comes to the inclusion process, also require a specialized multidisciplinary team, with qualified teachers, who have a broad and comprehensive knowledge of autism syndrome with methodologies updated teaching.

Keywords: Autism; School; Education; Development.

¹Universidade Estadual de Maringá

*E-mail: hiagohh22@gmail.com

²Universidade Norte do Paraná

³ Universidade Ibirapuera

⁴Universidade Estadual do Paraná

⁵ Centro Universitário Anhanguera

INTRODUÇÃO

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área.

A escola tem importante papel na investigação diagnóstica, pois é o primeiro lugar de interação social da criança separadas de seus familiares, é onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar aos comportamentos sociais, tarefa muito difícil para o autista.

O diagnóstico é apenas o primeiro desafio que o Brasil precisa enfrentar. Em seguida, vem o mais complicado, o tratamento. Ele tem de ser individualizado e envolve uma série de profissionais. Realizar um trabalho voltado para as dificuldades que envolvem o tema já justificaria a abordagem do mesmo. Faz-se necessário entender o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Este trabalho tem como objetivo: abordar o conceito, características e critérios de diagnóstico do autista; demonstrar a possibilidade do autista poder se relacionar com a sociedade e potencial para aprender. Levar o conhecimento sobre o autismo ao maior número possível de profissionais envolvido na educação já é uma das estratégias para enfrentar os problemas.

DEFINIÇÃO DO AUTISMO E CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Autismo, s.m(med.) é um “Estado mental patológico, em que individuo tende, a encerrar-se em si mesmo, alheando-se ao mundo exterior”. (FERNANDES, 1965, p.143)

Autismo deriva do grego: autos que significa em si mesmo. A palavra autismo foi usada pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, psiquiatra infantil americano que notou em sua atuação profissional um grupo de crianças que se destacava das demais por duas características básicas: forte resistência a mudanças e incapacidade de se relacionar com pessoas, sempre voltadas para si.

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano, que vem sendo estudado, pela ciência, há mais de sete décadas, sobre o qual ainda permanecem, dentro do próprio âmbito da ciência, divergências e grandes questões por responder. É uma patologia infantil que está classificada entre Transtorno Global do Desenvolvimento.

Em 1943 Kanner, reformulou o termo, como distúrbio autista do contato afetivo, descrevendo, uma síndrome, com o mesmo sinal clínico de isolamento, então observando num grupo de crianças com idades variando entre dois anos e quatro meses a onze anos. Ele apresentou as seguintes características, como parte do quadro clínico, que justificava a determinação de um transtorno do desenvolvimento: 1) extrema dificuldade para estabelecer vínculos com pessoas ou situações; 2) ausência de linguagem; 3) boa memória mecânica; 4) ecolalia; 5) repetição de pronomes sem reversão; 6) recusa de comida; 7) reação de horror e ruídos fortes e movimentos bruscos; 8) repetição de atitudes; 9) manipulação de objetos, do tipo incorporação; 10) físico normal; 11) família normal. Suas características principais incluem diminuição no ritmo do desenvolvimento neurológico, psicológico, social e lingüístico.

Já em 1956, Leo Kanner, elege dois sinais como básicos para a identificação do quadro: o isolamento e a imutabilidade e confirma a natureza inata do distúrbio. O quadro do autismo passou, desde então, a ser referido por diferentes denominações, tendo sido descrito por diferentes sinais e sintomas dependendo da classificação diagnóstica adotada a partir dos sinais básicos estabelecidos por Kanner.

O DSM IV (2002) define o Transtorno Autista como presença de um desenvolvimento, comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno podem variar muito, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.

Os espectros autistas se dividem em graus:

Os casos mais graves caracterizam-se por uma completa ausência da fala, por comportamentos extremamente repetitivos, não usuais, e agressivos.

As formas mais leves de autismo (tipicamente síndrome de Asperger ou autismo de alto funcionamento) podem ser quase imperceptíveis e podem confundir-se com timidez, falta de atenção e excentricidade. (Ana Fonseca)

A partir do último Manual de Saúde Mental (DSM-V), que é um guia de classificação diagnóstica, todos os distúrbios do autismo, incluindo o transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não-especificado (PDD-NOS) e Síndrome de Asperger, fundiram-se em um único diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA.

TEA, nada mais é do que uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento. Esses distúrbios se caracterizam pela dificuldade na comunicação social e comportamentos repetitivos. Embora todas as pessoas com essa condição partilhem essas dificuldades, o seu estado irá afetá-las com intensidades diferentes. Assim, essas diferenças podem existir desde o nascimento e serem óbvias para todos; ou podem ser mais sutis e tornarem-se mais visíveis ao longo do desenvolvimento.

Portanto o TEA pode ser associado à deficiência intelectual, dificuldades de coordenação motora e de atenção e, às vezes, as pessoas com autismo têm problemas de saúde física, tais como sono e distúrbios gastrointestinais e podem apresentar outras condições como síndrome de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia ou dispraxia. Na adolescência podem desenvolver ansiedade e depressão. (DSM, 2013)

Algumas pessoas com TEA podem ter dificuldades de aprendizagem em diversos estágios da vida, desde estudar na escola, até aprender atividades da vida diária, como, por exemplo, tomar banho ou preparar a própria refeição. Algumas poderão levar uma vida relativamente “normal”, enquanto outras poderão precisar de apoio especializado ao longo de toda a vida. O autismo é uma condição permanente, a criança nasce com autismo e torna-se um adulto com autismo. Assim como qualquer ser humano, cada pessoa com autismo é única e todas podem aprender.

As pessoas com autismo podem ter alguma forma de sensibilidade sensorial. Isto pode ocorrer em um ou em mais dos cinco sentidos – visão, audição, olfato, tato e paladar – que podem ser mais ou menos intensificados. Por exemplo, uma pessoa com autismo pode achar determinados sons de fundo, que outras pessoas ignorariam, insuportavelmente barulhentos. Isto pode causar ansiedade ou mesmo dor física.

Alguns indivíduos que são mais sensíveis podem não sentir dor ou temperaturas extremas. Algumas podem balançar rodar ou agitar as mãos para criar sensação, ou para ajudar com o balanço e postura ou para lidar com o stress ou ainda, para demonstrar alegria.

As pessoas com sensibilidade sensorial podem ter mais dificuldade no conhecimento adequado de seu próprio corpo. Consciência corporal é a forma como o corpo se comunica consigo mesmo ou com o meio. Um bom desenvolvimento do esquema corporal pressupõe uma boa evolução da motricidade, das percepções espaciais e temporais, e da afetividade. As pessoas com essa condição, podem se destacar em habilidades visuais, música, arte e matemática.

O PROCESSO DE INCLUSÃO E O AUTISMO

De acordo com os ensinamentos de Maryse Suplino (2009), discutir a inclusão é desafiador, porque implica dizer o que já foi dito muitas outras vezes e aquilo que, entretanto, ainda precisa ser dito. Acredita-se que ao tratar-se da inclusão, torna-se necessário pensar para além da esfera das pessoas com deficiência e melhorar a discussão da relação que a escola constitui com o diferente identificável a partir de um padrão previamente definido.

Ainda segundo a autora a expressão incluir significa inserir. Ser incluído é “fazer parte de”. Se o aluno não está incluído, “não faz parte de” um determinado grupo. Tal situação se constitui a partir de critérios determinantes das características de quem estará apto a fazer parte do grupo selecionado.

A autora deixa claro em um trecho de seu livro, o que de fato é inclusão:

Se a escola assume o fato de que é necessário incluir, significa que tem a compreensão de que há uma categoria definida de alunos com a qual ela se identifica e várias outras categorias que estão à deriva por não reunirem elementos suficientes para alcançarem tal identificação. Incluir, nessa medida, seria romper o compromisso com uma determinada categoria e abrir-se para abranger (compreender) as mais diversas categorias de alunos que chegam diariamente ao ambiente escolar (SUPLINO, 2009, p. 1).

O Brasil há aproximadamente 20 anos, é cenário de discussões sobre a inclusão. No entanto, ainda se encontra nos primeiros passos para a concretização da proposta. O primeiro obstáculo está na mudança de perspectiva que teria que ocorrer na escola, de maneira que a mesma pudesse rever seus fundamentos de entendimento e constituição de si mesma, que a direcionam para um aluno ideal. A escola no Brasil está marcada pelo discurso atual de homem.

É de fundamental importância, que o homem atual passa a precisar da educação formal para aprender os padrões de comportamento acadêmicos e científicos vistos como sociais. A escola surgiu, portanto, para dar conta dessa demanda, para formar os homens comuns e devolver à sociedade os homens civilizados.

É indiscutível que, ao se tratar de pessoas autistas, o desafio para a Escola adota uma dimensão ainda maior, uma vez que a manifestação dos comportamentos estereotipados por parte das pessoas com autismo e é um dos feitiços que assume maior destaque no domínio social, representando uma barreira significativa para o estabelecimento de relações entre as mesmas e seu ambiente. Torna-se provável, portanto, que a apresentação dos mesmos ocasione implicações qualitativas nas trocas interpessoais que devem ocorrer nas salas de aula.

Conforme a autora, a inclusão está de forma genérica descrita como a admissão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares. Mas é necessário ter o cuidado de não confundir inclusão com colocação, ou seja, a matrícula autorizada, a partir da ideia de que democratizar as oportunidades educacionais seja somente pôr alunos com deficiência nas escolas, o que de certa forma já ocorre no Brasil (Escola para todos) o que não significou um ato democrático, no sentido de dar oportunidades iguais para todos. Uma vez que na medida em que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar-se de que a permanência se dê com qualidade. Assegura que os indivíduos com Transtornos Invasivos do Desenvolvimento apresentam como principais características os comportamentos de resistência/limitação que estão absolutamente ligados às relações interpessoais como linguagem/comunicação, interação social e comportamentos estereotipados. Comportamentos estereotipados são comportamentos curiosos como sons estranhos, gritos, maneirismos com as mãos, movimentos do corpo, além de agressões dirigidas a si mesmas. Tais comportamentos são denominados autoestimulatórios e auto-agressivos, respectivamente.

Ainda com o entendimento da autora Suplino (2009) refere-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) que determinaram adequações curriculares como estratégias e critérios de ação docente, admitindo divergências que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo ensino aprendizagem implica atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola.

Assim para a afirmação de uma inclusão efetiva para alunos com Autismo, implica discutir que suporte seria necessário à ação pedagógica, em virtude de quais seriam as adaptações curriculares necessárias. Ao se referir aos aspectos das práticas inclusivas

Concluindo, o ensinamento da autora Maryse Suplino (2009) diz que é necessário comentar a importância que a formação do professor que atua nas classes inclusivas tem no que diz respeito ao sucesso da inclusão. Para Abrate (2002) a inclusão do autista na escola regular depende da decisão que cabe exclusivamente à família, que conhece e sabe o que é melhor para seu filho. O menos recomendado é por o aluno autista em grupos só de autistas. Os pais devem trabalhar junto, ou seja, em parceria com a escola e demais profissionais. O autista deve criar vínculo com o professor da escola regular.

A inclusão não deve ser apenas um desafio do professor, mas de toda a escola e da rede de ensino. Os autistas apresentam gestos e atitudes diferentes, e incluí-los é trabalhoso. Os educadores precisam entender o autismo, compreender que aquele aluno processa as informações de maneira diferente, tem resistências a mudanças, pode ser mais sensível ao barulho.

Para que a inclusão ocorra, portanto, é preciso mais do que a aprovação de uma lei. Necessitam reverem as políticas públicas, para que os alunos não só sejam matriculados, mas também tenham garantido seu direito de aprender.

Para a educadora Maria Teresa Égler Mantoan (1997) sobre a inclusão e a educação para todos, diz que: a formação pessoal dos envolvidos com a educação (professores, funcionários, enfim, todos que envolvem a educação e trabalham diretamente com as crianças) é de suma importância, assim com a assistência às famílias; enfim, uma sustentação aos que está diretamente implicados com as mudanças, condição necessário para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência da educação e de desenvolvimento. Com isso, entende-se que a formação dos profissionais que irão atendê-los deve ser de qualidade para o desenvolvimento de todas as crianças de educação infantil, não somente daquela com espectro autista, nem daquelas consideradas normais.

O processo de inclusão deve levar em conta tanto o esforço do aluno em se adaptar à escola, bem como a escola em se adaptar ao aluno. No caso das crianças (pessoas) com autismo, as adaptações podem incluir aspectos físicos do ambiente escolar, conhecer as características do aluno e tentar minimizar os estímulos sensoriais que podem afetar a sua permanência na escola, esses são os primeiros passos para uma inclusão bem sucedida.

A inclusão impõe uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aqueles que apresentam deficiências, mas se estende a qualquer aluno que manifeste dificuldades na escola, ainda que, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de todos: professores, alunos e pessoal administrativo (FERREIRA, 2003, p. 116).

A adaptação da escola não se limita aos aspectos físicos. Muitas vezes é preciso encontrar formas diferentes de atrair a atenção e propiciar engajamento nas tarefas em classe. Pode ser necessário também adaptar o método de ensino, personalizado para os alunos incluídos.

A autora Maria Teresa Égler Mantoan (1997), ensina que, incluir significa integrar um aluno ou um grupo na educação regular, o que lhe é de direito, num espaço que permita exercer a cidadania e ter acesso aos diferentes conhecimentos. A inclusão não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia toda a comunidade escolar. Ainda revela que: a inclusão deve andar junto com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de admissão tão intrigante sem enfrentar um desafio ainda maior: os fatores humanos.

Os recursos físicos, os meios materiais são de extrema importância para efetivação de um processo escolar de qualidade, cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo, mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de realizar as metodologias de ensino e aprendizagem.

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

Foi citado que o público alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, cuja definição destes termos é dada pela Resolução n° 4 de 2009:

I. Alunos com deficiência: Aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II. Alunos com transtornos globais de desenvolvimento: Aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereopatias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III. Alunos com altas habilidades/superdotação: Aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com áreas do

conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, Art. 4).

Para nortear a implementação da educação especial no Brasil, o governo juntamente com o MEC, através da Seesp, promulgou várias leis, decretos, portarias e resoluções a respeito da educação especial, os quais serão comentados adiante. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/96, em vigência, dedica o Capítulo V à educação especial e em seu artigo 58 traz a definição de educação especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, Art. 58).

Em outras palavras, educação especial é a educação fornecida aos alunos que possuem alguma deficiência e o termo ‘preferencialmente’ escrito na LDBEN, 1996, não deixa claro que a educação especial se dá necessariamente em classes regulares de ensino, dessa forma torna-se possível se ter a educação especial fora da rede regular de ensino, por exemplo, em classes especiais ou até mesmo em escolas especializadas.

Conforme o artigo 59, a LDBEN, 1996 preconiza que os estabelecimentos de ensino devem garantir aos alunos da educação especial, currículos, procedimentos, métodos, recursos, estratégias, ou seja, uma organização específica para atender às suas necessidades.

Para complementar as ações da educação especial, tem-se no artigo 24 do Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que a oferta da educação especial deve ser gratuita e obrigatória nos estabelecimentos públicos de ensino e que todo aluno com necessidades especiais têm direito aos mesmos benefícios concedidos aos demais alunos, como transporte escolar, merenda escolar e bolsa de estudos, ou seja, que eles não tenham tratamento diferenciado dos demais colegas devido a sua deficiência.

O importante é que mesmo tendo suas diferenças, suas limitações, o aluno com deficiência seja tratado igualmente perante os outros colegas, pois as pessoas deficientes possuem os mesmos direitos de um “cidadão comum”, inclusive o direito de não serem discriminados devido à deficiência, como se pode ver na Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, em 2001, que afirma:

As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (BRASIL, 2001, p.2).

Pelo fato da pessoa com deficiência ter os mesmos direitos que outras pessoas é que a educação especial deve ser fornecida, pois há documentos legais que garantem o acesso à escola a qualquer pessoa, como é o caso da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.069, de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em ambos os documentos, é garantido a toda criança e adolescente o “direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205; BRASIL, 1990, Cap. IV, Art.53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, com o presente trabalho que tem como foco principal o autismo, buscar verificar como ocorre o processo de ensino aprendizagem de alunos com autismo em uma escola de ensino regular, bem como, as metodologias de educadores (professores) no ensino e o auxílio devido a cada caso de transtorno. O Autismo infantil é hoje classificado como um dos “Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)” e é caracterizado por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento, como nas habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação e presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades.

Considerando que, o objetivo primordial consiste em analisar como se dá o processo de ensino aprendizagem desses alunos, verifica-se que há insuficiência no conhecimento dos educadores, talvez por pouco conhecimento por parte dos mesmos. Pois o que ocorre, são que os professores não utilizam uma metodologia de ensino específica para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, pois existem algumas metodologias específicas para crianças com autismo, que são empregadas em escolas de educação especial.

Assim, verifica-se uma lacuna no processo de ensino por parte dos educadores e uma incerteza quanto ao processo de aprendizagem desses alunos com autismo. Conclui-se, que o estudo para a realização deste artigo, facilitou a compreensão e o aprendizado, descrevendo as definições que orientam o diagnóstico e enfatizando que o autista possui capacidades que devem ser sempre valorizadas. Dificuldades todos apresentam, mas é preciso se aprofundar um estudo como este, adquirindo conhecimento para aprender a tratar o autista como um ser humano normal.

Devemos considerar que a faixa etária de zero a cinco anos é um momento crucial e importante do desenvolvimento humano e o lugar ideal e preparado para desenvolver essas crianças é o centro de Educação Infantil. Sabendo que a criança com a síndrome do autismo, não se adapta ao mundo externo, no processo de inclusão, é preciso que na escola ela tenha uma rotina estruturada, que faz com que a mesma situe-se no espaço e tempo. O professor também deve fazer parte dessa rotina, compreendendo que a mesma não é uma restrição a sua criatividade. O professor deve ter um papel significativo para todas as crianças, pois assim maiores serão as chances de desenvolver suas habilidades, uma vez que os alunos passarão a sentir segurança e confiança no professor, como aquele que é amigo, educa, ensina e dá carinho. O conhecimento, amplo e abrangente da síndrome de autismo, das características específicas e de metodologias de ensino atualizadas é extremamente importante, para o professor que pretende realizar seu trabalho dignamente junto dessas crianças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, PAULO NUNES de. **Educação Lúdica – técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Edições Loyola. 1987.

DSM – IV: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 2002.

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e educação. Necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FERNANDES, FRANCISCO. **Dicionário Brasileiro Contemporâneo. Edições Melhoramento**. São Paulo, 1965.

FERREIRA, M. E. C. GUMARÃES, M.. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP e A, 2003. Disponível em: <<http://repositório.Ipl.PI/handle/10400.21/2326>>. Acesso em: 11 de nov. de 2022.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo. Editora SENAC, 1997.

SUPLINO, Maryse. **Inclusão escolar de alunos com autismo**. Disponível em: <http://inclusaobrasil.blogspot.com.br/2008/08/incluso-escolar-de-alunoscomautismo.html>. Acesso em 11 de nov. de 2022.

RIVIÉRE, ANGEL. **O desenvolvimento e a Educação da criança autista**: In: COLL, E. PALACIOS, J. MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.